

DISCURSO DO EXMO. DESEMBARGADOR ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA

"Senhor Presidente do meu Tribunal, a quem eu dirijo a palavra e considero saudadas todas as autoridades presentes. Meus queridos colegas de Primeiro e Segundo Grau. Advogados. Servidores. Distinto Ministro Gilmar Mendes. Este Tribunal hoje se engalana para recebê-lo e permita-me, senhor Presidente, dizer uma verdade, nós temos lastro para homenageá-lo. Nosso Tribunal hoje tem duzentos e trinta e sete mil processos girando em cento e trinta e sete Varas. Foram solucionados mais de duzentos, portanto a produtividade aqui é de mais de noventa e cinco por cento. O prazo médio de solução de um processo em Primeira Instância, quando o rito é sumaríssimo, é de trinta e sete dias e, quando o rito é normal trabalhista, é de cinquenta e sete dias. Portanto, nós somos uma ilha de eficiência no país. Digo-lhe ainda que no nosso TRT foram ajuizados sessenta e sete mil processos. Julgamos sessenta e seis mil. Nosso índice de produtividade é de noventa e sete por cento. Nossa Casa está em ordem e cumpre sua finalidade perante o povo brasileiro. Para nós todos, senhor Presidente, é uma honra e um prazer trabalhar nesta Casa, porque aqui há ordem, há disciplina, há respeito e há serventia ao povo. Por isto, há razão para orgulho. E dividimos este orgulho hoje com V. Exa. O orgulho no bom sentido, o orgulho da eficiência e do dever cumprido. Permita-me, nesta solenidade, fazer algumas reflexões, mesmo porque nós estamos diante de um grande jurista, e não poderíamos deixar passar em branco esta homenagem sem algumas reflexões de conteúdo jurídico. Nós sabemos que o Judiciário é um fruto do aperfeiçoamento da história humana. Desde Montesquieu, retrocedendo mais, desde os romanos, nós tivemos tudo centralizado em um único poder. Era o império nas mãos do imperador. Com o tempo, este poder seccionou-se. Junto ao imperador havia o secretário, ou seja, o homem do segredo, a quem se contava o segredo do poder. E este homem do segredo participava das decisões, já que o imperador não podia tomar conta de tudo. Então, do poder central já nasceu outro, que é o Poder Judiciário. E depois, a experiência humana, a evolução da história mostrou que tínhamos que ter um especialista para fazer as leis. E assim nasceu o Judiciário. Mas este nascimento histórico veio com uma mácula originária. Criaram-se em torno do Judiciário certas qualidades que o mundo moderno nega. Por exemplo, hoje só se fala do juiz isento, passivo. Fala-se muito em equilíbrio de Juiz quando este equilíbrio significa o silêncio e a omissão. Fala-se muito que o Juiz só diz nos autos, como se ele não fosse o elemento político para dizer também a verdade nos autos e fora dele, porque a verdade não tem lugar definido em nada. Então, senhor Presidente, aí entra a sua pessoa na história do Brasil. O que V. Exa. fez? Passou a falar nos autos e a falar fora dos autos, a exercer um poder político que não pode ficar nos cancelos de um Tribunal, e a exercer uma liderança que não pode ficar sujeita apenas aos juízes. O Judiciário, como poder político, é igual a qualquer um. Antes de ser jurídico, nós exercemos um poder político. Mas um poder político ligado às leis, ligado à ciência do Direito, ligado à ordem social. Naturalmente, senhor Presidente, não vamos exercer política à base da política do Executivo, porque ainda não somos eleitos, infelizmente. Há de chegar a hora em que também seremos eleitos pelo povo, porque se todo poder emana dele, o Judiciário há de também nascer do povo. Mas

por enquanto, pela divisão normal dos poderes, ficaremos com o lado político do Judiciário que é importantíssimo para qualquer nação. Muito bem, diante destes fatos, qual é a sua missão nisso tudo, agora como Presidente do Supremo Tribunal Federal? Todos conhecemos as estatísticas, os números estão na "Internet". V. Exa. diminuiu drasticamente o número de processos no Supremo Tribunal Federal. E foi por milagre? Não, foi com medidas tranquilas e certíssimas estabelecidas na Constituição à repercussão geral, usada com nomes diferentes, mas presente em todos os países do mundo. Um Tribunal constitucional não é um Tribunal para julgar o cotidiano, mas para julgar as grandes questões jurídicas que vão modelar a opinião do Judiciário em todo o país. V. Exa. obteve uma outra grande conquista: há poucos instantes falávamos com o Ministro Velloso, o Brasil estava perigosamente se deslocando para o estado policialesco. E esse estado policialesco é próprio do nazismo, não é próprio de democracia. Vossa Exa. livrou-nos das algemas e criou até um neologismo a "espetacularização", hoje aceito nas gramáticas da língua portuguesa. Muito bem, a espetacularização acabou. Eficiência de polícia não significa ilegalidade. Isso já foi uma grande conquista para o nosso país. Eficiência, sim. Total eficiência, sim. Rigor no cumprimento do dever, sim. Mas que tudo se faça nos limites da subordinação de todos nós à lei e à Constituição regente. Nós esperamos ainda de V. Exa. outras conquistas para plasmar o Brasil. Quem sabe se ainda na sua gestão, nós vamos começar a discussão de um Tribunal constitucional no Brasil, a exemplo do Tribunal português e do Tribunal alemão, do 'Bundesverfassungsgericht,' cuja história e cujo conteúdo V. Exa. conhece tão bem. E aqui eu entro no ponto central das minhas reflexões: qual será o futuro do Judiciário no mundo da informática? Primeiramente, devemos raciocinar o seguinte: espaço, tempo, forma, que são condicionamentos do Direito clássico e precedentes da atualização e da aplicação do Direito, estão definitivamente encerrados. Como eu posso falar de espaço se eu ligo a minha "Internet" agora e me comunico com o mundo? Como eu posso falar de forma se os negócios internacionais são feitos pela "Internet" e até pelo telefone? E como eu posso falar de distância se o computador tornou um homem próximo do outro em qualquer lugar do mundo? Então, ou o Judiciário dá resposta a esses fatos contemporâneos, da modernidade, da eficiência, da quebra das distâncias, da quebra das formalidades, ou nós ficaremos a reboque da história. E não é isso que o povo quer de um Judiciário. Então, chegou a hora da mudança e V. Exa. há de ser o artífice desta nova era. Vamos quebrar as algemas, mas agora outras, não mais as algemas das mãos e dos braços, mas as algemas da cultura, as algemas da modernidade. Temos que arejar este país. Temos que dar resposta ao povo através de um processo rápido e eficiente. Nada justifica que uma reclamação trabalhista dure cinco anos, numa época em que a informática a tudo resolve. Digo cinco anos quando percorre todas as Instâncias. E pouco importa se no Primeiro Grau ela é resolvida com rapidez. Um núcleo de demandas fica de fora, e a injustiça de um é sinônimo da injustiça de todos. Então, chegamos agora à conclusão final: o futuro da Justiça do Trabalho. O mundo hoje não vai se reconstituir pelo Direito Privado nem pelo Direito Público, mas sim pelo Direito do Trabalho. Porque com essa crise internacional, temos que reorganizar o capital. E qual é a dinâmica do capital, qual é a alavanca para impulsioná-lo? Exatamente o trabalho humano. Não se faz capital sem mãos e sem cabeça. Não se faz capital sem inteligência. Então, a grande missão do mundo contemporâneo é organizar o

trabalho e, conseqüentemente, a Justiça encarregada de dizer esse trabalho. E a Justiça encarregada no Brasil de dizê-lo é a Justiça do Trabalho. Então, queremos que os Tribunais Superiores sejam realmente Tribunais Superiores para as coisas que deles precisamos. Num artigo de domingo, na 'Folha de São Paulo', V. Exa. disse: 'o Judiciário tem que trabalhar com metas e gerar no Brasil a cultura da decisão.'. Precisamos decidir, precisamos julgar. O povo não pode nunca ficar órfão da Justiça, nem de seus Juizes. É para isso que nós existimos e aqui estamos para cumprir o nosso dever. Então, senhor Presidente, esta Casa que o homenageia é uma Casa em ordem. Todas as dez Varas e a que está deslocada para Juiz de Fora, que é uma grande novidade no nosso país, e se espera que todo Tribunal de Segundo Grau se desmembre, como nós nos desmembramos. É uma Casa que julga com rapidez, em todos os Gabinetes, em todas as Turmas. Aqui dentro, como lhe disse, há respeito, há ordem e há disciplina. Trabalhamos com nossos funcionários que são exemplos de eficiência, de cumprimento de seu dever. Por isso, eu, pessoalmente, me sinto orgulhoso de pertencer a esta Casa, e deixarei aqui dentro, até os últimos momentos que me restarem do tempo legal, o meu modesto trabalho, o meu modesto esforço. E concludo, lembrando a V. Exa. o que o meu colega Paulo me dizia há poucos instantes. Nós procuramos integração. Então, vamos fazer essa integração. Vamos começar com a Justiça do Trabalho e com a Justiça Federal. Por que dividir? Se vamos criar uma Vara Federal em Juiz de Fora, por que a Justiça Federal tem que comprar um prédio, se já tem um prédio da Justiça do Trabalho? Por que a guerra de competência da Justiça do Trabalho com a Justiça Federal, quando nós temos é que unir as nossas forças? Não existe Justiça Federal. Existe Justiça da União. E essa Justiça da União pode ser prestada por todos os Juizes, inclusive no âmbito estadual, pelos Tribunais de Justiça. Então, a integração vai com esta proposta: vamos nos unir, e não nos dividir, porque o povo espera muito mais da nossa eficiência do que da nossa divisão. Agora eu concludo lembrando a V. Exa. o seguinte: nosso mestre comum, Gustav Radbruch, disse que o Direito, se é que ele é Direito, tem sempre que elevar a bandeira da justiça. Ou, na língua de Schiller, na língua de Schopenhauer, na língua de Kant, que V. Exa. também domina, "Recht muss seinem Wesen nach den Anspruch auf Gerechtigkeit erheben.". Pois bem, senhor Presidente, esta bandeira da justiça e da igualdade foi levantada pelos seus braços. Conte com nosso braço para apoiá-lo. Conte conosco para fazer a grandeza do país. Muito obrigado."